

A prática e os saberes fitoterápicos de profissionais da saúde na Atenção Primária: uma revisão de literatura

The practice and knowledge about phytotherapy of professionals in Primary Health Care: a literature review

<https://doi.org/10.32712/2446-4775.2025.1752>

Forny, Isabela Iguatemy^{1*}

ID <https://orcid.org/0009-0000-6433-0154>

Pereira, Marina Prebianca Cirino¹

ID <https://orcid.org/0009-0009-7010-2831>

Vieira, Isabel Cristina Araujo¹

ID <https://orcid.org/0009-0001-4647-8603>

Santos, Thacilla Capela dos¹

ID <https://orcid.org/0009-0000-6471-8247>

Goes, Bianca Tereza Oliveira Lima¹

ID <https://orcid.org/0009-0002-8338-3723>

Consulin, Beatriz Cordeiro¹

ID <https://orcid.org/0009-0006-2015-5263>

Tropaldi, Erica Munhoz¹

ID <https://orcid.org/0009-0008-5903-6522>

Marinho, Marília Chagas¹

ID <https://orcid.org/0009-0008-2274-0583>

Ribeiro, Viviane Beatriz Rodrigues¹

ID <https://orcid.org/0009-0007-9753-3231>

Gattas, Leila Valderes Souza¹

ID <https://orcid.org/0000-0002-3573-6654>

Cortela, Denise da Costa Boamorte¹

ID <https://orcid.org/0000-0003-0052-6216>

Sérvio, Thaianne Cavalcante¹

ID <https://orcid.org/0000-0003-2163-6633>

¹Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Av. Tancredo Neves, 1095, Cavalhada II, CEP 78200-000, Cáceres, MT, Brasil.

*Correspondência: isabela.forny@unemat.br.

Resumo

A fitoterapia é uma prática integrativa que utiliza ativos de plantas para produção de medicamentos, tendo a sua eficácia e riscos comprovados cientificamente. Além disso, grande parte da população usa plantas medicinais devido ao conhecimento cultural, fácil acesso e baixo custo. Visto isso, esse estudo teve como objetivo analisar a utilização de fitoterápicos e os saberes dos profissionais da saúde na Atenção Primária, considerando que estes podem orientar o manejo desses ativos. Trata-se de um estudo secundário, do tipo revisão integrativa da literatura, no qual utilizou-se os bancos de dados BVS, PubMed e SciElo por meio da combinação dos descritores, em três variações linguísticas: português, inglês e espanhol. Os artigos evidenciaram um baixo nível de conhecimento dos profissionais acerca das plantas medicinais e pouco suporte relacionado à disponibilidade de material didático. Foi identificado que muitos utilizam apenas o conhecimento pessoal para prescrever, colocando os pacientes a riscos de efeitos colaterais adversos. Em suma, há uma lacuna entre o conhecimento e a prática da fitoterapia entre os profissionais, devido à

insegurança e ao despreparo na sua abordagem. Logo, para integrar essa prática de forma eficaz, é necessário investir na qualificação dos profissionais, produção de evidências científicas e fomento de políticas públicas.

Palavras-chave: Pessoal de saúde. Atenção primária à saúde. Fitoterapia.

Abstract

Phytotherapy is an integrative practice that uses plant active ingredients to produce medications, with its effectiveness and risks scientifically proven. Furthermore, a large part of the population uses medicinal plants due to cultural knowledge, easy access and low cost. Because of this, this study aimed to analyze the use of herbal medicines and the knowledge of health professionals in Primary Health Care, considering that they can guide the management of these assets. This is a secondary study, of the integrative literature review type, in which the BVS, PubMed and Scielo databases were used through a combination of descriptors, in three linguistic variations: Portuguese, English and Spanish. The articles showed a low level of knowledge among professionals about medicinal plants and little support related to the availability of educational material. It was identified that some professionals use only personal knowledge to prescribe, putting patients at risk of adverse side effects. In short, there is a gap between knowledge and practice of phytotherapy among professionals, due to insecurity and unpreparedness in their approach. Therefore, to integrate this practice effectively, it is necessary to invest in the qualification of professionals, production of scientific evidence and promotion of public policies.

Keywords: Health Personnel. Primary Health Care. Phytotherapy.

Introdução

A fitoterapia configura-se como uma prática integrativa que utiliza ativos de plantas para produção de medicamentos tendo sua eficácia e riscos analisados e comprovados cientificamente^[1,2]. Essa terapêutica foi instituída e assegurada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) pelo Governo Federal, por meio da Portaria Nº 971 de maio de 2006, que estabeleceu a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), visando um atendimento profissional na sua integralidade^[2].

Algumas plantas medicinais indicadas têm apontado evidências importantes para sua indicação e entre elas estão a Camomila, com propriedades calmantes e anti-inflamatórias, a Erva-cidreira, conhecida por seus efeitos ansiolíticos e digestivos, e o Gengibre, utilizado por suas propriedades antieméticas e anti-inflamatórias. Apesar dos fitoterápicos necessitarem de embasamento científico, para maior parte da população brasileira a utilização de plantas medicinais e seu manejo está baseado no conhecimento popular, uma prática transmitida por gerações e que é amplamente difundida^[2].

Segundo o Ministério da Saúde, em 2016, estimou-se que o número de pessoas que buscaram tratamento à base de plantas havia aumentado mais de 160% em dois anos, ratificando que tal tradição ainda se perpetua na atualidade^[3]. Além da herança cultural, a busca por esse recurso terapêutico se deve também

ao baixo valor econômico, facilidade de acesso, cultivo, a crença de que esses produtos naturais não possuem efeitos colaterais e podem ser usados sem receio^[1].

Todavia, a utilização dos fitoterápicos adequadamente e com segurança, deve ser realizada com base no conhecimento das propriedades terapêuticas, nutricionais, modo de preparo e posologia, para evitar efeitos adversos^[1].

Nesse contexto, é necessário que os profissionais da área da saúde saibam orientar o manejo das plantas, principalmente em se tratando daqueles atuantes na atenção primária, que é porta de entrada para a população ao Sistema Único de Saúde (SUS)^[4]. Objetivando promover uma escuta acolhedora e a construção de laços terapêuticos, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) tem como meta as estratégias de educação em saúde para capacitação dos profissionais, a fim de promover o uso correto dos fitoterápicos^[2].

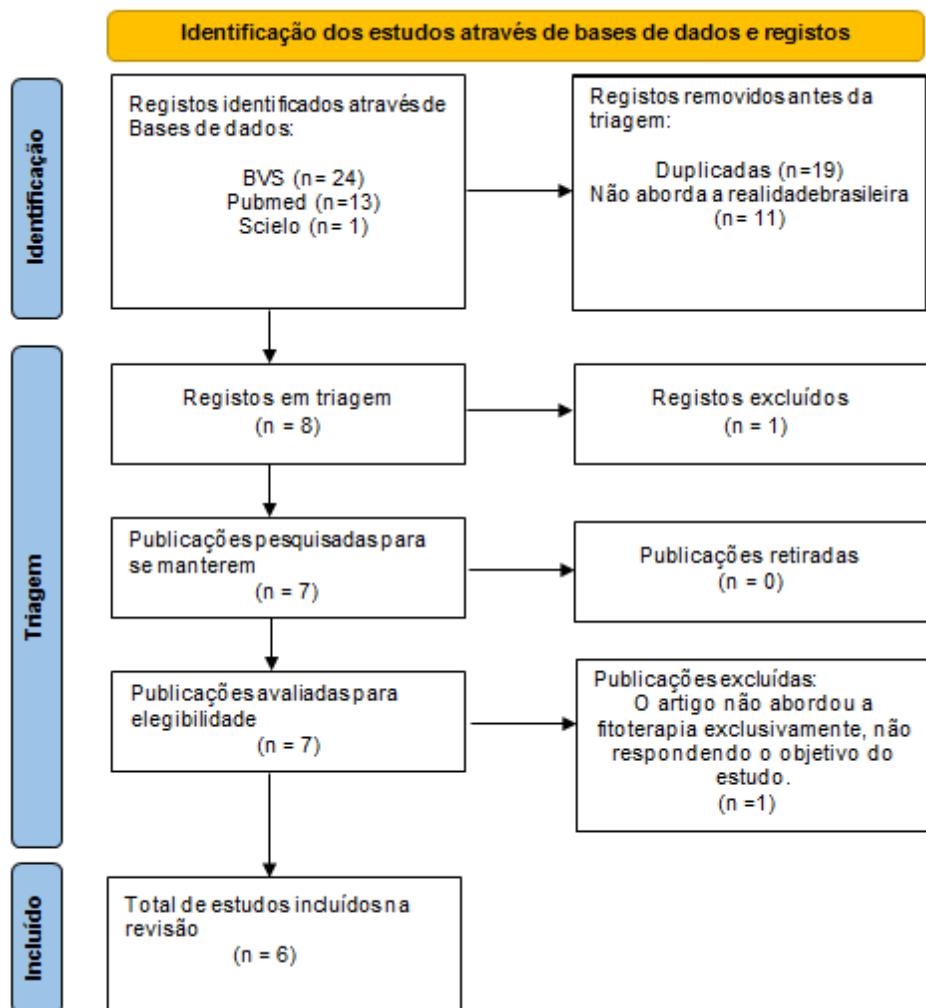
Este conteúdo é pouco explorado durante a formação dos profissionais de saúde, pois ainda persiste o modelo de ensino tecnicista, pautado em procedimentos e ferramentas para diagnóstico com enfoque na cura da doença. Além disso, a literatura apresenta poucos estudos sobre essa temática.

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar a compreensão dos profissionais da saúde sobre a utilização dos fitoterápicos na atenção básica através de uma revisão bibliográfica.

Metodologia

Foi realizada uma revisão bibliográfica em bases de dados eletrônicos científicas, utilizando-se termos de busca e descritores referentes ao tema: conhecimento em saúde e fitoterapia. O período para levantamento de dados compreendeu o mês de julho do ano de 2024. Os DECS utilizados foram: pessoal de saúde/personal de salud/health personnel; atenção primária à saúde/atención primaria de salud/primary health care; fitoterapia/fitoterapia/phytotherapy. A pesquisa bibliográfica foi conduzida nas seguintes bases de dados eletrônicas: (1) Biblioteca Virtual em saúde – BVS, (2) Scientific Electronic Library Online (SciELO) e (3) PubMed, por meio da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). A busca dos artigos foi realizada utilizando o operador booleano de pesquisa: "and" e "or" entre os descritores para ampliar a busca com as traduções em espanhol e inglês. Os campos utilizados para a pesquisa foram: título, resumo e assunto. A combinação dos termos para a busca dos artigos foram: ("Pessoal de Saúde" OR "Personal de Salud" OR "Health Personnel") AND ("Atenção Primária à Saúde" OR "Atención Primaria de Salud" OR "Primary Health Care") AND ("Fitoterapia" OR "Fitoterapia" OR "Phytotherapy"). Como critério de inclusão foram selecionados os artigos que abordaram o tema, texto completo disponível, publicados em português, espanhol e inglês. Foram excluídos os artigos duplicados, e os artigos que não abordavam a realidade brasileira e aqueles que não abordavam a fitoterapia especificamente. O critério temporal não foi delimitado pelo propósito de alcançar o maior número de artigos possíveis (**FIGURA 1**). Para a análise dos dados, primeiramente, foram selecionados os títulos para posterior leitura dos resumos. Nesse prisma, foram recuperadas, por meio da Biblioteca Virtual de Saúde, SciElo e PubMed 38 publicações científicas. Após exclusão de duplicatas e seguindo aos critérios expostos realizando a triagem, 6 publicações foram incluídas, sendo 2 da MEDLINE e 4 da LILACS. A partir dos resumos que corresponderam aos critérios de inclusão, os artigos foram lidos integralmente e analisados para formulação de uma revisão integrativa.

FIGURA 1: Fluxograma de pesquisa.



Fonte: autoria própria

Resultados e discussão

Para melhor exposição dos dados coletados elaborou-se um quadro, através das publicações selecionadas e incluídas nos critérios supracitados, no qual constam os autores, ano, base de dados e título de tais artigos, apresentando seus objetivos e desfechos (**QUADRO 1**).

QUADRO 1: Objetivo e desfecho dos artigos revisados.

Autor, Ano e Base de Dados	Título	Objetivo	Desfecho
Caboclo et al. 2022, Lilacs.	Fitoterápicos e plantas medicinais na prática dos profissionais de saúde em Unidades de Estratégia Saúde da Família.	Verificar o conhecimento dos profissionais de saúde das unidades de estratégia saúde da família (ESF) de Rondonópolis-MT sobre a prática da fitoterapia como alternativa terapêutica, visando ações futuras com intuito de instruir, conscientizar e capacitar os profissionais em relação ao uso adequado das plantas medicinais e fitoterápicos. (Número de entrevistados= 156 profissionais de saúde)	Os profissionais atuantes da ESF devem obter conhecimento sobre a fitoterapia para se sentirem capacitados a orientar, prescrever e evidenciar os riscos sobre o uso indiscriminado, além de que, a fitoterapia é uma prática de baixo custo, de fácil acesso e bem aceita pela sociedade devido às tradições.
Bezerra et al. 2021, Lilacs.	Diagnóstico situacional dos profissionais de unidades de saúde da família sobre a fitoterapia.	Determinar o diagnóstico situacional do município Marechal Deodoro da Fonseca (AL) sobre os conhecimentos dos profissionais de saúde sobre plantas medicinais e sobre a frequência de prescrição de fitoterápicos e plantas medicinais por médicos das USF, visando o desenvolvimento de planos de ação para a consolidação da fitoterapia no SUS. (Número de entrevistados= 82 profissionais de saúde)	Devido à falta de conhecimento sobre plantas medicinais, e o pouco suporte encontrado para estudar e esclarecer as dúvidas da população, os profissionais de saúde não se sentem estimulados sobre o uso de plantas medicinais e/ou fitoterápicos. Os profissionais em questão realizam suas orientações através do conhecimento que vem de seus parentes, amigos, vizinhos e/ou pesquisas na própria literatura. O estudo reforça a necessidade de realizar ações de incentivo e educação continuada sobre fitoterapia.
Mattos et al. 2018, MedLine.	Plantas medicinais e fitoterápicos na atenção primária em saúde: Percepção dos profissionais.	Visa identificar conhecimentos e práticas em relação à prescrição e/ou sugestão de uso de plantas medicinais e fitoterápicos pelos profissionais de saúde, a fim de destacar pontos positivos, dificuldades, necessidades, sinalizando estratégias que contribuam para a implementação desta terapia no município de Blumenau-SC. (Número de entrevistados= 157 profissionais de saúde)	Apesar dos profissionais terem bastante tempo de atuação na APS, a maioria deles desconhece a PNPI e a existência de plantas medicinais e fitoterápicos compondo a RENAME. Os profissionais concordam com a iniciativa do Ministério da Saúde, acreditam no efeito terapêutico das plantas, porém, não as prescrevem por falta de conhecimento.
Varela et al. 2014, Lilacs.	Opinião de médicos e enfermeiros sobre o uso da fitoterapia e plantas medicinais na atenção básica.	O presente estudo teve como objetivo investigar as vantagens e facilidades encontradas por médicos e enfermeiros da ESF de Caicó-RN, no uso da fitoterapia e plantas medicinais na Atenção Básica (AB). (Número de entrevistados = 19 profissionais).	Enfatiza-se a importância do ensino sobre PIC na formação em saúde, para que oportunidades de aprendizagem sejam oferecidas, proporcionando um ensino democrático que realmente subsidie o futuro profissional a discernir sobre o melhor tratamento a ser indicado ao usuário do SUS, conhecendo sua aplicabilidade, resultados e intercorrências. Sobretudo espera-se que, a partir de tal subsídio, políticas de saúde encontrem efetivação.
Fontenele et al. 2013, Lilacs.	Fitoterapia na Atenção Básica: olhares dos gestores e profissionais da Estratégia Saúde da Família de Teresina (PI), Brasil.	Conhecer como os gestores em saúde e os profissionais de nível superior da estratégia saúde da família (enfermeiros, médicos e odontólogos) de Teresina (PI) enxergam a inserção da fitoterapia na Atenção Básica no município, relacionando estes dados com os conhecimentos desses profissionais sobre esta prática terapêutica, seu uso e as políticas públicas envolvidas. (Número de entrevistados= 68 profissionais de saúde).	Constata-se que a fitoterapia, como um fator sociocultural, ao mesmo tempo em que há entre os profissionais de saúde uma deficiência na formação acadêmica e no conhecimento das políticas sobre o tema. Outra constatação é que embora os gestores entrevistados, demonstrem uma grande aceitação da institucionalização das ações de fitoterapia, os principais entraves colocados são a sensibilização dos gestores hierarquicamente superiores e as devidas discussões nas instâncias de deliberação.

Autor, Ano e Base de Dados	Título	Objetivo	Desfecho
Bruning et al. 2012, MedLine.	A utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu – Paraná: a visão dos profissionais de saúde.	Esta pesquisa teve por intenção servir de apoio e incentivo à implantação da fitoterapia nas UBS de Cascavel-PR como atendimento primário, visando à melhora da qualidade de vida aos usuários do SUS. (Número de entrevistados= 10 profissionais de saúde).	A diversificação das práticas de atendimento à saúde é de conveniência acadêmica, socioeconômica e cultural. Para que os profissionais conheçam melhor essas práticas e possam aplicá-las de maneira coerente no serviço público de saúde se faz importante a inclusão destes conhecimentos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Os textos revisados tratam de estudos que se utilizam de questionários e entrevistas semiestruturadas para analisar o uso e o conhecimento da fitoterapia dos profissionais de saúde atuantes na APS. Nesse contexto, os tipos de estudo foram: Quantitativo transversal^[4,6], descritivo qualitativo^[7,9], observacional transversal^[5] e qualiquantitativa^[8]. Os artigos entrevistaram equipes da APS das cidades de Rondonópolis-MT, Marechal Deodoro Fonseca-AI, Blumenal-SC, Caicó-RN, Teresina-PI e Cascavel-PR, trazendo a realidade de diferentes regiões do país.

Dos artigos analisados, 100% apontam a insuficiência de conhecimentos sobre práticas fitoterápicas dos profissionais de diversas regiões do país envolvidos nas pesquisas. Dos 6 artigos, 3 realizaram questionamentos sobre o contato científico e/ou acadêmico que os entrevistados tiveram com a fitoterapia. Segundo Caboclo et al.^[4], apenas 12% dos profissionais fizeram algum curso ou disciplina na área de plantas medicinais e fitoterápicos durante a formação. Bezerra et al.^[5] afirmaram que apenas 47% dos médicos e enfermeiros e 17% dos ACS comunicaram algum contato com informações científicas sobre o uso de plantas medicinais durante a formação acadêmica. Por fim, Fontenele et al.^[8] questionaram se os entrevistados tiveram algum contato com fitoterapia na formação acadêmica e 57,4% afirmaram que não, os quais relataram ainda um contato superficial realizado por meio de seminários e palestras, por exemplo. Sendo assim, muitos utilizam-se apenas do conhecimento familiar e popular para orientar seus pacientes, o que pode levar a colocações errôneas.

Além disso, em relação ao nome das principais plantas medicinais e sua função, apenas 50% dos artigos fizeram esse questionamento aos profissionais. Segundo Caboco et al.^[4], apenas 47% dos entrevistados afirmaram saber a diferença entre fitoterápico e plantas medicinais. A esses profissionais foi indagado o nome e a indicação terapêutica de algum fitoterápico e foram mencionados: Boldo (com efeito calmante e digestivo), Erva Cidreira (calmante), Guaco (gripe/expectorante), Passiflora (calmante), Valeriana (ansiedade) e Ginkgo Biloba (memória). No entanto, 47% dos profissionais entrevistados não sabem a posologia correta, levando ao risco de toxicidade.

Ademais, Bezerra et al.^[5] revelaram que 67% dos médicos afirmam prescrever fitoterápicos, e a mesma porcentagem alegou receitar plantas medicinais. As plantas medicinais elencadas foram: a Hortelã (folhas) (27,7%), o abacaxi (9,09%), o alho (9,09%), a beterraba (9,09%) e o mastruz (4,54%) para ação expectorante; a Erva cidreira (folhas) (4,54%), capim santo (folhas) (4,54%) e camomila (4,54%) para um efeito calmante; Boldo (4,54%) para o alívio de dores abdominais; Babosa (folhas) (4,54%) e sambacaitá (folhas) (4,54%) para ação anti-inflamatória e Amora (folhas) (4,54%) e Pata de vaca (folhas) (4,54%) como hipoglicemiantes. Com relação aos fitoterápicos, foram citados Calman®/Passiflora® como calmante;

Abrilar® (Hederahélix) para tratamento de infecções de vias aéreas superiores; Valeriana como ansiolítico; Própolis® para o tratamento de inflamações; e Guaco® como expectorante. “Lambadores” e xaropes caseiros foram erradamente listados como fitoterápicos. Apesar do interesse e indicações, a maioria dos profissionais relatou não conhecer os efeitos colaterais do uso de plantas medicinais e fitoterápicos.

No estudo de Mattos *et al.*^[6] foi questionado a seus entrevistados quanto à indicação de plantas que não constem na lista da RENAME e verificou-se que 80,89% deles indicam ao menos uma planta medicinal, citando duas plantas medicinais ou fitoterápicos que conhecem aos pacientes. As dez mais citadas representaram 52,7% de todas as plantas, sendo que as cinco mais frequentes foram, Camomila (10,2%), Cidreira (7,5%), Boldo (7%), Malva (5,7%) e Maracujá (5,2%). Isso aponta riscos, pois não são plantas asseguradas como fitoterápicas pelo SUS.

Sendo assim, apesar de apresentarem regiões distintas, os profissionais de saúde atuantes na APS apresentaram o mesmo déficit de conhecimento e dificuldade de atuação e efetividade da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. Nesse prisma, mesmo que tenham conhecimento de algumas plantas medicinais, eles, muitas vezes, desconhecem a sua posologia e seus riscos, o que acaba por descredibilizar a fitoterapia como terapêutica.

A fitoterapia possui importância e influência na população brasileira desde a formação da nação, tendo a miscigenação das culturas indígena, africana e europeia como marcante fator de estabelecimento dessa prática^[2]. De acordo com Caboclo *et al.*^[4], cerca de 80% da população de países em desenvolvimento emprega plantas no tratamento e prevenção em saúde, sendo essa quantidade substancial relacionada a facilidade de acesso, valor econômico e tradição cultural. Porém, destaca-se a vulnerabilidade da população na aplicação da fitoterapia, uma vez que seu uso é realizado principalmente de acordo com orientações verbais e tradições familiares, o que amplia o risco de intoxicação, interações medicamentosas e efeitos colaterais.

Desde a sua criação, na Constituição Federal de 1988, o Sistema Único de Saúde (SUS), visando a cobertura integral dos cidadãos, teve que englobar tanto o conhecimento técnico-científico ensinado nas universidades, quanto, acolher os fitoterápicos tão característicos da população brasileira^[4]. Diante disso, Varela *et al.*^[2] enfatizaram a importância de estender as opções terapêuticas resgatando a medicina popular e suas práticas no atendimento integral do SUS. A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), de 2006^[2], contribui para assegurar o acesso seguro e racional às plantas medicinais e fitoterapia, a homeopatia e outras condutas tradicionais, fomentando a utilização sustentável da biodiversidade e estabelecendo uma cadeia de produção, com o objetivo de impulsionar o progresso científico e aprimorar a assistência e o acesso dos usuários da saúde pública.

Nesse sentido, a PNPIC exige das equipes de saúde uma remodelação do saber tecnicista o qual foram formados, pois a forma de cuidado deve ser integral e segura. Em tratando-se do conhecimento fitoterápico dos profissionais, Fontenele *et al.*^[8] realizaram uma pesquisa entrevistando 68 profissionais da saúde com média de idade de 44,6 anos e experiência média de 6,7 anos na Atenção Primária à Saúde (APS). De forma geral, no grupo estudado, foi identificada a prática da fitoterapia relacionada ao conhecimento popular e familiar, destes 79,4% fizeram uso pessoal de plantas ou medicamentos fitoterápicos, entretanto, esse uso estava atrelado às fontes de informações informais como parentes, amigos e vizinhos, chegando a 92,6% dos entrevistados citarem que seu conhecimento sobre fitoterápicos foi adquirido através da cultura popular. Ainda, constatou-se que a maioria (57,4%) não teve contato com a fitoterapia em sua formação acadêmica e aqueles

que dispuseram de tal aprendizado inferiram não se tratar de disciplinas completas, mas sim de palestras, seminários, professores que incentivavam a prática, dentre outras modalidades isoladas.

Corroborando tais pontos, Caboclo *et al.*^[4], traz uma pesquisa com 156 profissionais de saúde, dos quais 47% afirmaram ter o hábito pessoal de utilizar fitoterápicos, contudo, 88% dos entrevistados relataram nunca terem realizado cursos ou disciplina na área. Assim, nota-se a defasagem do ensino formal sobre a fitoterapia, uma vez que apesar de grande parte dos profissionais de saúde aderirem ao uso pessoal de fitoterápicos, esses não dispõem do conhecimento formal da prescrição, preparo, contra-indicações e efeitos adversos das plantas medicinais, não conseguindo, por sua vez, orientar adequadamente a comunidade que frequenta as unidades de saúde sobre o uso adequado dos fitoterápicos.

Ainda, na pesquisa supracitada^[4] houve manifestação do interesse em qualificação sobre fitoterapia e plantas medicinais pela maior parte dos profissionais participantes, vindo de encontro aos dados coletados por Bruning *et al.*^[9] em sua pesquisa com a entrevista de 10 profissionais da saúde, na qual dentre esses somente 2 possuíam treinamento para prescrever plantas medicinais a seus pacientes, visto que as prefeituras não oferecem esse treinamento aos trabalhadores das Unidades Básicas de Saúde (UBS), contudo, foi unânime o incentivo por parte dos profissionais à implantação de programas para uso de fitoterapia e plantas medicinais na APS e a disposição a novos aprendizados. À vista disso, percebe-se interesse dos profissionais de saúde em adquirir conhecimento para prescrição e indicação correta dos fitoterápicos, todavia, em contraponto, constata-se a falta de incentivo dos órgãos públicos, os quais equivocam-se ao não disponibilizar mais cursos para formação dos profissionais e encorajar através de programas a implementação da fitoterapia como opção de tratamento medicinal, e da própria formação acadêmica como já explanado.

Ademais, corroborando com Caboco *et al.*^[4], ao contrário do que provavelmente se acreditaria devido a formação tradicional medicamentosa, Mattos *et al.*^[6], correlaciona a aceitação no uso de fitoterápicos também com crenças familiares. Cerca de 93% dos profissionais incluídos na pesquisa são provenientes de ambiente familiar em que houve, em algum momento, uso de terapias tradicionais. Inclusive, correlacionando com a medicina baseada em evidências, um dos fatores predisponentes da indicação de plantas medicinais é o uso dos fitoterápicos pelos trabalhadores da área da saúde e a verificação da efetividade dos mesmos. Varela *et al.*^[7], argumenta que a fitoterapia representa boa opção terapêuticos, inclusive vantajosa, por ocasionarem menores efeitos colaterais e adversos que muitos medicamentos alopatéricos; além de serem potencialmente mais baratos e fáceis de se encontrar na comunidade.

Contudo, Varela *et al.*^[7], ressaltaram que existem cada vez mais estudos demonstrando o potencial tóxico de plantas medicinais e produtos à base dessas. Tal aspecto, associado a não existência de limites muito bem definidos entre a dose terapêutica e a dose tóxica dos fitoterápicos, constitui fator determinante para o profissional da saúde se ver inseguro na prescrição do tratamento natural. Segundo Bezerra *et al.*^[5], apenas 23% dos profissionais entrevistados em sua pesquisa afirmaram ter tido contato com informações científicas sobre fitoterapia durante a formação profissional, contribuindo o receio em indicar as plantas medicinais como opção para tratamento de doença.

Diante dos dados expostos, nota-se a importância da consolidação da fitoterapia como política pública, uma vez que apesar da implantação do PNPICT a maior parte dos médicos e profissionais da saúde ainda se encontra despreparada para orientar e prescrever fitoterápicos. Além disso, como relatado no estudo de

Mattos *et al.*^[6], alguns municípios não adotam a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares de forma integral de modo que no respectivo município de estudo, por exemplo, apenas a acupuntura era oferecida no atendimento secundário, o que reforça a insuficiência do PNPI.

Portanto, tendo em vista a falta de conhecimento necessário aos profissionais para a adesão à fitoterapia, em um primeiro momento é de suma importância a implementação do ensino da prática fitoterápica através de disciplinas nos cursos da área da saúde, constando para um segundo momento a educação permanente de profissionais já formados através de cursos de atualização, cuja oferta deve partir dos órgãos públicos que contratam tais profissionais para atuação na Atenção Primária à Saúde^[8].

Conclusão

A revisão da literatura evidenciou uma lacuna significativa no conhecimento e na prática da fitoterapia entre os profissionais de saúde da atenção primária. Embora a população brasileira demonstre grande interesse e utilize amplamente plantas medicinais, os profissionais, em geral, sentem-se inseguros e despreparados para abordar o tema. Os estudos analisados convergem para a necessidade urgente de qualificação profissional na área de fitoterapia. A falta de conhecimento sobre as plantas medicinais, suas propriedades, indicações e contraindicações, impede que os profissionais ofereçam um cuidado integral e seguro aos seus pacientes.

Além disso, a ausência de incentivos institucionais e a pouca valorização da fitoterapia como prática terapêutica contribuem para essa lacuna. É fundamental que as instituições de ensino incorporem a fitoterapia em seus currículos, oferecendo aos futuros profissionais uma formação sólida e atualizada sobre o tema. A educação continuada também se mostra essencial para qualificar os profissionais já atuantes na área. A implementação de políticas públicas que incentivem a pesquisa, o desenvolvimento e a utilização racional de fitoterápicos no Sistema Único de Saúde (SUS) é crucial para garantir o acesso da população a essa prática terapêutica. Além disso, a criação de materiais educativos e a disponibilização de ferramentas de apoio aos profissionais podem contribuir para a superação das dificuldades encontradas atualmente.

Em suma, a fitoterapia apresenta um grande potencial para complementar e fortalecer as ações de saúde na atenção primária. No entanto, para que essa prática seja integrada de forma segura e eficaz ao sistema de saúde, é necessário investir na qualificação dos profissionais, na produção de evidências científicas e na criação de políticas públicas que promovam o uso racional de plantas medicinais.

Fonte de financiamento

Não houve.

Conflito de interesses

O presente artigo não apresenta conflito de interesse.

Agradecimentos

À Universidade do Estado de Mato Grosso; às professoras e colegas que auxiliaram na construção desse manuscrito.

Colaboradores

Concepção do estudo: IIF; LVG; DBC; TCS

Curadoria dos dados: IIF; MCM; MPP; BCC

Coleta de dados: IIF; MCM; MPP; BCC

Análise dos dados: IIF; EMT; TCS; BLG; MCM; MPP; LVG; DBC; BCC

Redação do manuscrito original: IIF; EMT; TCS; BLG; MCM; MPP; BCC; VRR

Redação da revisão e edição: IIF; IAV; LVG; DBC; TCS; EMT

Referências

1. Tesser CD, Sousa IMC, Nascimento MC. Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde brasileira. **Saúde debate**. Rio de Janeiro. 2018; 42(esp. 1): 174-188. Disponível em: [\[https://doi.org/10.1590/0103-11042018S112\]](https://doi.org/10.1590/0103-11042018S112).
2. Santos RL, Guimaraes GP, Nobre MSC, Portela AS. Análise sobre a fitoterapia como prática integrativa no Sistema Único de Saúde. **Rev Bras PI Medic**. [Internet]. São Paulo: 2011; 13(4): 486-491. Disponível em: [\[https://doi.org/10.1590/S1516-05722011000400014\]](https://doi.org/10.1590/S1516-05722011000400014).
3. Senado Notícias. **Tratamento com fitoterápicos aumenta na rede pública de saúde** [Internet]. Senado Federal, 2018. Disponível em: [\[https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/tratamento-com-fitoterapicos-aumenta-na-rede-publica-de-saude\]](https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/tratamento-com-fitoterapicos-aumenta-na-rede-publica-de-saude).
4. Caboclo EK, Rodrigues AS, Berça JS, Souza LC, Oliveira AB, Fávero HCL. Fitoterápicos e plantas medicinais na prática dos profissionais de saúde em unidades de Estratégia Saúde da Família. **Rev Ciênc Méd Biol**. [Internet]. Bahia: 2022; 21(2): 211-217. Disponível em: [\[https://doi.org/10.9771/cmbio.v21i2.47704\]](https://doi.org/10.9771/cmbio.v21i2.47704).
5. Bezerra ASCE, Franco SPB, Mousinho KC, Fonseca SA, Matos TJR, Pavão JMSJ, et al. Situational diagnosis of professionals of family health units on phytotherapy. **Braz J Biol**. [Internet]. Alagoas: 2021; 81(3): 551-556. Disponível em: [\[https://doi.org/10.1590/1519-6984.224763\]](https://doi.org/10.1590/1519-6984.224763).
6. Mattos G, Camargo A, Sousa CA de, Zeni ALB. Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais. **Ciênc Saúde Colet**. [Internet]. Santa Catarina: 2018; 23(4): 3735–3744. Disponível em: [\[https://doi.org/10.1590/1413-812320182311.23572016\]](https://doi.org/10.1590/1413-812320182311.23572016).
7. Varela DSS, Azevedo DM. Opinião de médicos e enfermeiros sobre o uso da fitoterapia e plantas medicinais na Atenção Básica. **Rev APS**. Rio Grande do Norte: 2014; 17(2): 204-213. Disponível em: [\[https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-730221\]](https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-730221).
8. Fontenele RP, Sousa DMP, Carvalho ALM, Oliveira FA. Fitoterapia na Atenção Básica: olhares dos gestores e profissionais da Estratégia Saúde da Família de Teresina (PI), Brasil. **Ciênc Saúde Colet**. [Internet]. Piauí: 2013; 18(8): 2385–2394. Disponível em: [\[https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-680968\]](https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-680968).
9. Bruning MCR, Mosegui GBG, Vianna CMM. A utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu - Paraná: a visão dos profissionais

de saúde. **Ciênc Saúde Colet.** [Internet]. Paraná: 2012; 17(10): 2675–2685. Disponível em: [\[https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-23099755\]](https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-23099755).

Histórico do artigo | Submissão: 30/07/2024 | Aceite: 21/11/2024

Como citar este artigo: Forny II, Pereira MPC, Vieira ICA, Santos TC, *et al.* A prática e os saberes fitoterápicos de profissionais da saúde na Atenção Primária: uma revisão de literatura. **Rev Fitos.** Rio de Janeiro. 2025; 19(1): e1752. e-ISSN 2446-4775. Disponível em: <<https://doi.org/10.32712/2446-4775.2025.1752>>. Acesso em: dd/mm/aaaa.

Licença CC BY 4.0: Você está livre para copiar e redistribuir o material em qualquer meio; adaptar, transformar e construir sobre este material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente, desde que respeitado o seguinte termo: dar crédito apropriado e indicar se alterações foram feitas. Você não pode atribuir termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam outros autores de realizar aquilo que esta licença permite.

